

**CONSELHO GESTOR DELIBERATIVO DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO
LITORAL DO PARANÁ – TAJ LITORAL DO PARANÁ
Extrato da Ajuda memória da 4ª Reunião Extraordinária**

Data: 25 de agosto de 2022	Local: virtual - teams
Horário: 10:00 hs -12:00 hs	
Pauta: Apresentação de proposta do Plano de Trabalho da consultoria de Rogério Cabral Encaminhamentos	

I. Abertura da Reunião e verificação de quórum

Na ausência do presidente e da vice-presidente do Conselho Gestor, Eduardo Vedor e Natasha Choinsky respectivamente, Daniela Leite como Secretária Executiva abre a reunião e dá as boas-vindas a todos, conferindo o quórum da reunião e demais participantes convidados.

Daniela esclarece que o plano de trabalho (PT), de acordo com o que está estabelecido no TdR, não tem a previsão de ser aprovado pelo Conselho Gestor (CG), que deve estar ciente, mas a validação é feita pela Câmara Técnica (CT), que tem a composição de 03 pessoas que compõem o CG (Leandro, Camila e Caio). Já foi feita uma reunião da CT, com o Eduardo Vedor e com os Ministérios Públicos sobre o processo de elaboração do Plano Estratégico de Longo Prazo - PELP. A proposta é passar a proposta pelo CG e depois sequencialmente validar novamente junto à CT.

Rogério esclarece que pretende apresentar uma primeira visão sobre o PT e a metodologia, a CT ainda se debruçará mais profundamente sobre a metodologia. Será feita uma apresentação de slides, composto por um roteiro da apresentação e estrutura do PT e metodologia do PELP. Rapidamente, será mostrado o processo de elaboração do PELP e o que foi feito desde o momento da contratação até agora: um dos pontos a serem abordados refere-se à consulta aos beneficiários, que foi discutido com a CT, com os MPs e Eduardo Vedor. Uma visão inicial de proposta metodológica do PELP. Na primeira reunião da CT foi feito um alinhamento inicial sobre o que seria o PELP e o que seria relevante, e a discussão de alguns balizamentos especialmente em relação ao processo de consulta a potenciais beneficiários, em especial povos e comunidades tradicionais. A CT compreendeu a sensibilidade e complexidade do tema e recomendou uma conversa com o Eduardo Vedor, não somente por ser o presidente do CG mas em função da experiência que ele teve com a consulta aos povos tradicionais no escopo do PDS. A CT também recomendou uma reunião com os MPs, reunião que ocorreu no dia 23/08. Em paralelo às reuniões e conversas, o consultor vem trabalhando na leitura de materiais e no desenho da proposta metodológica inicial. Em relação à consulta aos beneficiários, é importante ressaltar que o papel do consultor é checar as escolhas feitas pelo grupo. Não cabe ao consultor fazer as escolhas e definir foco, resultado mais importante, onde serão alocados recursos, uma vez que o planejamento é essencialmente uma escolha. Rogério reforça que não tem uma prescrição de onde o PELP deve focar, quais as prioridades, mas sim checar se as escolhas feitas são

coerentes e estão consistentes, fundamentadas tanto na parte que estrutura o TAJ como uma coerência de metodologia de se alocar recursos de uma forma consistente. Foi levado para a reunião do CT que o envolvimento dos povos tradicionais dentro de UCs e em seu entorno aparecia em alguns documentos do TAJ como uma finalidade precípua, como premissa. Sendo uma premissa, como serão ouvidas essas pessoas? Como serão consideradas no processo de elaboração? Houve a sugestão de que seja feito um processo escalonado e gradativo. Como está posto no slide, os balizamentos coletados foram os seguintes: não deve ser feita uma consulta ampla e aberta, mas um processo gradativo de envolvimento, focado. **Tanto a CT, MPs e presidente do CG entendem que o relacionamento com os beneficiários do PELP precisa ser abordado pela estratégia de comunicação e GT de comunicação.** Não será somente a elaboração do PELP que dará conta de dialogar com esses públicos no território. Essa é uma recomendação não só no processo da elaboração do PELP, mas para a governança do TAJ: **o relacionamento com os beneficiários deve ser tratado em diversas dimensões.** Todos reconheceram que os conselhos das UCs, tanto federais como estaduais, podem ser usados nesse processo de consulta. Há uma sinalização de que a consulta aos beneficiários e o envolvimento desses na conservação da biodiversidade deve ser tratado como estratégia do PELP, devendo fazer parte das linhas temáticas. O trabalho terá como referência a linha de base que já existe, as linhas temáticas, objetivos e o processo de consulta vem para qualificar essas informações, em um momento posterior. Caio informa que o ICMBio tem uma reunião fixa sobre o TAJ, e na última esse assunto foi discutido, e a reflexão feita foi em relação a qualidade da participação e o tempo que existe. O ideal e o real. O que o grupo definiu é que independente da metodologia, sejam incorporados atores já mapeados, a participarem da metodologia. Lembrando que sempre haverá um risco de críticas, independente da abordagem que for usada. Dada a impossibilidade de fazer o ideal, não só para esta empreitada, mas para toda e qualquer empreitada, seria possível incorporar outros atores para além do público que está sendo pensado, alguns atores sociais que já estão mapeados pelo ICMBio. Rogério reforça a necessidade de apresentar a proposta metodológica, para então definirem objetivamente onde se pode ajustar: se no ponto que o Rogério sugere está adequado ou é melhor antecipar. Rogério informa que o MOP e o TAJ trazem os requisitos e especificações para o PELP e sua elaboração. É estratégico a longo prazo mas tem uma visão operacional para os primeiros quatro anos, deve ser feita de forma colaborativa, utilizar como linhas de base os conhecimentos acumulados sobre a região e os entendimentos já construídos ao longo da trajetória do TAJ, não sendo possível descartar os acordos já feitos; que a estratégia de direcionamento de recursos trate das modalidades previstas pelo TAJ – esta é uma dúvida que será levantada hoje, que incorpore os marcos referenciais na lógica de consolidação de UCs do ICMBio e que o TAJ também estabeleça propostas de indicadores para a gestão do Programa e acompanhamento do desempenho do Programa. Isso é uma síntese do que a elaboração do PELP precisa atender como requisito para o processo. Alguns pressupostos apresentados pelo próprio Rogério, já como sugestão em relação a como atender os principais requisitos: o primeiro é que o PELP seja orientado para os resultados do Programa, numa abordagem para que o planejamento seja orientado para resultados: para objetivo geral, linhas temáticas, e a partir disso sejam identificadas as ações e somente depois os recursos. Os resultados é que vão determinar as iniciativas e alocação de recursos. A escuta de envolvidos visa identificar e qualificar as iniciativas estratégicas para o alcance dos resultados. Há ainda algumas questões que não precisam ser respondidas nesse momento, mas algumas primeiras questões, envolvem o Funbio e a execução do PELP, o MOP diz que de acordo com tetos estabelecidos há um limite de 10% para cada modalidade por ano, e também que o PELP deve propor uma estratégia de alocação de recursos. Rogério tem dúvida se essa definição das fontes dos recursos para cada

resultado e estratégia tem que ser definida no PELP e de que maneira, com qual amarração e estrutura, ou se isso deve ser decidido durante a execução em si: a melhor forma de contratar, em qual modalidade, etc. No caso da modalidade IA está claro que a saída do PELP, ou uma das principais saídas, são os planos de ação anuais, para as unidades executoras do ICMBio. No caso da modalidade III, um dos principais produtos são os escopos de chamadas de projetos, isso também é preciso esclarecer junto ao CG e CT, de que maneira isso acontece: por ex, para 2023 serão estas chamadas com estes escopos, para cada ano, já definindo. Rogério detalha pelo slide as etapas, produtos e horizontes da metodologia de elaboração do PELP: é necessário definir objetivos, premissas e linhas temáticas. Quais são as diretrizes que orientarão o PELP? As que estão estabelecidas ainda estão válidas? Seguindo o slide específico, Rogério apresenta sua proposta para a metodologia de elaboração do PELP e a proposta de desenho do documento, estruturado por objetivo da linha temática, indicadores e metas, ações estratégicas e o detalhamento de 4 anos por planos de ação, para a modalidade IA e chamadas de projetos, para a modalidade III. Rogério propõe um modelo de 'rede de resultados' (slide). Sobre as etapas: o workshop deverá aprovar os indicadores e metas para o objetivo geral e também para cada linha temática. Definidos, o consultor deverá fazer o trabalho de sistematizar as ações estratégicas, a oficina de 2015, o PDS Litoral, os planos de ação, os planos de manejo das UCs, etc. Nesse momento os atores seriam entrevistados, potenciais beneficiários, para atualizar as ações estratégicas. O momento em que as pessoas são envolvidas a pergunta é: para atingir determinado resultado, está sendo proposta uma determinada ação, e se é suficiente, mas o resultado já está definido. Ou seja, nessa proposta, não estão sendo ouvidos os atores para definição de resultados, mas para ouvir como alcançar os resultados. Essa seria a dimensão da participação, nessa proposta de elaboração do PELP. Nesse momento seriam ouvidos povos tradicionais, setor privado, prefeituras, parceiros, etc, por isso seria importante, nesse desenho, a lista de quem deve ser entrevistado seria definida após a aprovação dos resultados. A partir disso, a CT realizaria a priorização das ações estratégicas e em seguida o Conselho Gestor aprovaria essas ações estratégicas. Assim, o consultor e o Funbio trabalhariam numa proposição de alocação de recursos, tendo o aval da CT e em seguida a apresentação ao CG, novamente, para sua aprovação. A elaboração do planejamento operacional junto com a CT seria feito em seguida, passando também posteriormente pelo CG. Nesse momento, haveria todos os insumos para consolidação do PELP. A parte estratégica, tática e operacional, para o 2º workshop, que seria a aprovação do PELP preliminar. Caio faz um aparte em relação a proposição dos resultados estratégicos, que está como tarefa do consultor, ele entende que este é o cerne, se este ponto de partida estiver errado, todo o resto fica comprometido. Questiona se não seria o caso de fazer uma discussão mais ampla nesse momento. Rogério concorda que este é o momento em que se dá a direção para a estratégia do PELP, o foco, e é o eixo central do Planejamento Estratégico. O pressuposto apresentado é o pouco tempo do grupo para trabalhar em elaboração, então Rogério privilegiou outros envolvimento. Existe o momento em que os resultados são passados pela análise da Câmara Técnica, e a aprovação dos resultados estratégicos é no workshop. Metodologicamente, Rogério está apostando que no primeiro workshop, presencial, será o momento de muita discussão de indicadores e metas. Por esse motivo está propondo essa forma: faz uma proposta, leva para a CT e apresenta no workshop, para bater o martelo. Mas seria possível antes da proposição de resultados outras conversas com o CG, antecipando as entrevistas, se for o caso. As entrevistas seriam antes de apresentar os resultados estratégicos? Isso muda tudo, em que momento as pessoas vão contribuir no processo. Esse ponto é chave do processo de elaboração do PELP. A aposta do Rogério é o workshop, mas é possível antecipar conversas. Caio somente reforça a preocupação, pois é o componente mais perene do produto, todos os demais

derivam dele e pontua que a CT fica à disposição do consultor. Rogério sugere ajustar o fluxo e trazer a proposição de resultados estratégicos para a CT +consultor, em vez de consultor +Funbio, é um ajuste que pode ser feito. Rogério continua a apresentação a partir dos slides, demonstrando o envolvimento das instâncias na elaboração do PELP e o momento atual da consultoria, de acordo com as 5 etapas propostas do TdR. A próxima etapa, a partir dos ajustes do CG, é acertar o plano de trabalho, pedir uma reunião com a CT para tratar desses ajustes com mais detalhe, para validar o PT. Rogério termina de apresentar o que está posto no plano de trabalho e o grupo define os prazos, tendo o prazo final postergado para meados de dezembro em função das eleições. Após alinhamentos foi pré-definido que os workshops aconteçam **nas semanas de 03 de outubro e 28 de novembro, respectivamente**. Seriam 2 dias de workshop. Daniela reforça a preocupação em postergar data em função do atraso que isso acarretará no início efetivo da execução do Programa, com alocação de recursos na ponta. Postergar a entrega do PELP de final de novembro para meados de dezembro, que o mês já é curto, significa que a execução comece em torno do 2º trimestre de 2022, pois assim que o PELP for finalizado a liberação não é imediata haja vista que será necessário elaborar POAs do ICMBio, os editais, publicar, montar câmaras técnicas, selecionar propostas, capacitar executores, etc. É um caminho não muito curto até o início da execução. É importante que todos tenham ciência disso, uma vez que os recursos estão em caixa desse 2021. Há uma preocupação em fazer um processo bem feito, transparente e com participação, mas é ruim para o Programa que esse tempo de planejamento seja tão extenso. Hellen faz uma reflexão, que não observou nos documentos: o Programa de Conservação é de pelo menos 10 anos, mas é construído para ter uma perenidade. E depois dos 10 anos, o que acontece? A proposta de pensar na sustentabilidade financeira, das contas poderem ser alimentadas com outros recursos, depois dos 10 anos é que isso será pensado? Como isso se reflete no TdR do Rogério? Rogério informa que o TdR especifica que o PELP tem o horizonte de 10 anos, não é o TAJ. E um dos eixos e linhas temáticas do PELP é a sustentabilidade financeira, então pela visão do próprio Rogério, essa questão deve ser tratada desde o início. O PELP tem um horizonte de 10 anos, que para planejamento, diferente de monitoramento, é longo prazo, o TAJ é perene e desde o início tem que se pensar como dar sustentabilidade para garantir a perenidade. O que existe no TAJ, nas duas modalidades é que o limite de execução é de 10% ano, ou seja, o próprio desenho indica que 100% dos recursos serão gastos em 10 anos, mas esse é o limite, na estratégia de alocação de recursos do PELP pode indicar, por ex, que se gaste 5%, e o restante vá para um fundo. Daniela complementa que está previsto desde o início a contratação de uma segunda consultoria para tratar especificamente desse tema. Apesar do PELP pontuar as questões, o Rogério não deverá entrar muito no mérito, pois não está no TdR dele. Mas deverá ser contratado um especialista para pensar no desenho do Programa a longo prazo, além dos 10 anos. Daniela lembrou que os recursos do TAJ podem ser os primeiros alocados no Programa e dando bons resultados abrem um precedente para que outras iniciativas aportem mais dinheiro. Rogério entende que é uma linha temática e que deve constar com objetivo, indicador e meta de como alcançar a sustentabilidade financeira. A contratação dessa consultoria é uma ação estratégica, prevista no PELP – contratação de consultoria para desenvolvimento de um modelo de sustentabilidade financeira. Então a meta deve estar no PELP, porém o COMO FAZER, se será um fundo, captando novos recursos, aplicando os existentes, etc, isso deve ser elaborado depois. Florenzano questiona quem será o público alvo dos workshops. Rogério esclarece que como será uma oficina de aprovação de resultados estratégicos, deveria ser uma oficina com o CG, com o arranjo do Programa. Nesse desenho, não é um workshop para trazer gente nova, mas de trabalho dessa equipe, do CG, das CTs, deliberando sobre o direcionamento do planejamento estratégico. Isso pode mudar, pode ter um outro caráter, mas não está

caracterizado de ser participativo mas sim deliberativo mesmo, sendo usado para aprovar e discutir metas e resultados. O segundo workshop é de análise crítica do PELP preliminar, então além do núcleo central de gestão do Programa, atores chaves convidados e identificados ao longo do processo e que possam fazer uma crítica ao PELP, contribuindo construtivamente. Florenzano recomenda que para a semana do segundo workshop, se evite o dia 30 de novembro, em função de outros eventos paralelos (oficina do PPPEA). A data pode ser mantida, mas fazer dias 28 e 29/11 ou 1 e 2/12. Sugestão de encaminhamento apresentada pelo Rogério: realização de reunião com a CT; e envio da apresentação para o CG. Daniela informa que a primeira prestação de contas do Programa já foi encaminhada para os MPs e Eduardo Vedor, e será enviada para o CG, para aprovação. O grupo acorda que seja definida uma 'data pré-reservada' para reuniões até o final do ano, em função da dificuldade de agendamento. Acordou-se a última quinta-feira de todo mês, parte da manhã, ou seja: 29/09; 27/10; 01/12; 29/12 (as duas últimas datas pegam o workshop e final de ano, então devem ser revistas posteriormente). A reunião é finalizada.

Encaminhamentos
Realização dos workshops de 02 dias de duração, nas semanas de 03 de outubro * e 28 de novembro, evitando o dia 30 de novembro.
Rogério Cabral deve puxar uma reunião com a CT, para balizar as sugestões do CG ao plano de trabalho.
Envio da apresentação do plano de trabalho apresentado para que os demais membros do Conselho Gestor possam fazer suas contribuições.
Envio ao Conselho Gestor da primeira prestação de contas do Programa, para aprovação na próxima reunião.
Pré-reserva de data para as próximas reuniões do CG: Última quinta-feira de todo mês, parte da manhã, ou seja: 29/09; 27/10; 01/12; 29/12 (as duas últimas datas pegam o workshop e final de ano, então devem ser revistas posteriormente).

**Em função da incompatibilidade de agenda do Presidente do Conselho Eduardo Vedor, esta data foi posteriormente revisada pela Secretaria Executiva e redefinida para os dias 25 e 26 de outubro, conforme a primeira proposta feita por Rogério Cabral e discutida durante a 4ª RE. Como a alteração para dia 03/10 havia sido discutida apenas sob a ótica técnica, e não por dificuldades de agenda, a Secretaria Executiva entendeu que seria menos complexo voltar à data original da semana de 24 de outubro, do que abrir nova discussão sobre outros períodos, em função da dificuldade em compatibilizar agendas de final de ano.*